

1

WITTGENSTEIN E O PROJETO ANALÍTICO

Ao final do século XIX surge uma nova concepção de filosofia que se constitui como uma reação ao idealismo especulativo de inspiração hegeliana e ao empirismo psicologista: a Filosofia Analítica da Linguagem.² Esse movimento tem origem em Cambridge, sobretudo com George Edward Moore e Bertrand Russell, e, paralelamente, com Gottlob Frege na Alemanha. O recurso a entidades subjetivas, como idéias e representações mentais, ou a entidades metafísicas, como formas e essências, é questionado, já que são inverificáveis, inacessíveis a um exame empírico. Essa reação levou a uma concepção de Filosofia como análise conceitual realizada através de um método lingüístico: é através da análise do funcionamento da linguagem, dos princípios que governam seu uso, que podemos analisar o pensamento. Devemos, portanto, explicar estes princípios para tornar possível a análise do pensamento.

De acordo com Michael Dummett, a ruptura com a filosofia moderna (séc. XVI-XVII), que tinha como questão central a epistemologia, a investigação sobre a natureza e possibilidade do conhecimento, abre espaço para a questão lógico-lingüística, ou seja, o conhecimento não pode ser entendido independentemente de sua formulação e expressão em uma linguagem, caracterizando a assim chamada “virada lingüística” (*linguistic turn*). É nesse contexto que nasce a filosofia analítica contemporânea, que:

[...] define sua tarefa como a análise dos conceitos, visando desse modo elucidar os problemas filosóficos [...]. A análise do conceito como parte da tentativa de solução de um problema filosófico não depende de uma compreensão da história do conceito, de suas origens e evolução, mas sim, na concepção tipicamente analítica, apenas da determinação da *definição* desse conceito da forma mais clara e precisa possível.³

Inicialmente, a análise, na perspectiva da filosofia da linguagem, é vista como um procedimento, um método de investigação filosófica, que revela a

² Cf. DUMMETT, 1993.

³ MARCONDES, 2004, p. 09.

essência da linguagem examinando sua estrutura, isto é, mostrando como os signos simples se relacionam entre si, e determinando como se dá a relação entre esses signos e a realidade. Este método de análise vai sofrer profundas alterações, como veremos em seguida. Mas a perspectiva analítica mantém seu objetivo de produzir um esclarecimento filosófico sobre perplexidades geradas por uma má compreensão da linguagem. Trata-se de analisar a linguagem como forma de dissolver problemas filosóficos.

1.1. O BACKGROUND ANALÍTICO

A filosofia analítica não teve um desenvolvimento linear e homogêneo, ao contrário, se deu de forma dispersa no tempo e no espaço, comportando uma heterogeneidade de concepções. Danilo Marcondes distingue, em meio a essa multiplicidade, duas grandes vertentes de análise. A primeira, que podemos chamar de semântica clássica, se desenvolve a partir das obras de Frege, Russell (sobretudo com a teoria das descrições definidas e com o atomismo lógico) e Wittgenstein (com o *Tractatus logico-philosophicus*).⁴ Esta vertente possui como traço comum a preocupação com a fundamentação da ciência, utilizando a lógica como recurso básico⁵. Marcondes inclui ainda nessa tradição o positivismo lógico do Círculo de Viena, de início fortemente influenciado pelo *Tractatus* de Wittgenstein. A segunda grande vertente, também conhecida como “filosofia da linguagem ordinária”, parte da influência da ‘análise conceitual’⁶ proposta por Moore, de Gilbert Ryle, do “segundo” Wittgenstein (sobretudo com as

⁴ Russell e Wittgenstein, juntamente com Moore, constituem a chamada Escola Analítica de Cambridge.

⁵ “A elaboração dessa tradição foi motivada por considerações epistemológicas oriundas da revolução científica e do desenvolvimento da ciência moderna. A ciência requeria uma abordagem sistemática das relações entre linguagem e mundo, que purificasse as linguagens naturais dos preconceitos subjetivos, fornecendo aos cientistas um meio objetivo de descrição e explicação dos fenômenos naturais do mundo. Esse objetivismo consiste em uma atitude epistêmica que trata o todo da realidade como um objeto de investigação científica, um objeto a ser esmiuçado para aquisição de conhecimento. Essa abordagem do significado eliminava as mistificações de concepções da linguagem religiosas e espiritualistas; no entanto, o resultado do foco exclusivo sobre aspectos referenciais e representacionais do significado resultou numa abordagem da linguagem incompleta e unilateral”. Cf. MEDINA, 2007. p. 49-50.

⁶ O termo análise, nesse caso, não se refere à decomposição de nada em seus componentes simples, mas sim à elucidação de conceitos.

Investigações Filosóficas) e de John Langshaw Austin e a Escola de Oxford. A distinção entre essas duas correntes, no entanto, não deve ser pensada em termos absolutos, já que elas interagem de diversas formas.

1.1.1. George Edward Moore (1873 – 1958)

A reação de Moore ao idealismo absoluto pode ser considerada um dos estopins do movimento analítico. Essa investida de Moore começou em 1898, e foi enraizada, não no empirismo, mas no realismo. Ele defendeu a visão anti-idealista de que conceitos não são abstrações de idéias, mas existências independentes em si mesmas. Existências que se combinam para formar proposições que são objetos de pensamento independentes da mente. A noção idealista de que a unidade de uma proposição depende da atividade sintetizadora da mente foi ‘jogada para escanteio’ em favor de um platonismo irrestrito, insistindo que as relações são objetivas e independentes da consciência. Uma proposição verdadeira não *corresponde* à realidade, ela *é* parte da realidade. A verdade e falsidade de proposições são absolutas, e não uma questão de grau.

Negado o monismo dos idealistas, Moore passou a atacar a idéia de que a realidade é subjetiva, espiritual ou mental. Afirmou que nenhuma boa razão tem sido dada para a doutrina de que não existe distinção entre a experiência e seus objetos, ou que o que nós percebemos não existe independentemente de nossa percepção. Em outras palavras, ele insistiu que objetos do conhecimento (incluindo proposições) existem independentemente de serem conhecidos. O conhecimento de alguma coisa, seja por meio da percepção ou do pensamento, é diferente do objeto que se conhece; é uma relação cognitiva *exterior* ao objeto do conhecimento.

Em seus primeiros escritos, Moore evocou a noção de ‘análise’ – um método de fazer filosofia que iria ter grande influência sobre as próximas décadas. A análise não foi concebida, inicialmente, para ser da linguagem, mas de alguma coisa objetiva que é significada por expressões. Uma análise que se aplicasse estritamente a entidades lingüísticas – como a decomposição de uma expressão verbal em seus elementos simples constituintes, indicando-se sua ordenação – não teria, para ele, relevância filosófica, já que não envolve diretamente nenhuma determinação ou esclarecimento do significado da expressão. A análise lingüística

não é um fim em si mesma, mas um método através do qual conceitos são analisados e o significado das expressões determinados, produzindo-se assim um esclarecimento. A análise de um conceito seria a explicitação de seu significado, através de outra expressão equivalente que o torne mais claro, possibilitando um melhor entendimento de seu sentido e uma melhor determinação do objeto a que se aplica.

Embora Moore não esclareça qual é sua concepção da natureza do conceito, de acordo com Hacker, fica claro que o conceito não é uma entidade mental, o que nos traria de volta ao idealismo que é rejeitado por ele. O conceito deve ser entendido como o conteúdo significativo das expressões verbais, ou seja, Moore tomou o conceito como sendo o significado de uma expressão – aquilo que a expressão substitui (*'stands for'*). Apesar de o conceito não se confundir com a expressão verbal, é necessário usar expressões verbais, através das quais o conceito se expressa, na análise.

A concepção de Moore do método filosófico estava distante da orientação lingüística que a filosofia assumiria subsequentemente. Para ele, o primeiro e mais importante problema da filosofia é dar uma descrição geral de *todo* o Universo, mencionando todas as coisas que sabemos estar nele, e como essas coisas se relacionam.

1.1.2. Bertrand Russell (1872 – 1970)

Russell seguiu os passos de Moore na crítica ao Idealismo, substituindo esta doutrina, não pelo empirismo, mas pelo realismo platônico. Para Russell a realidade consistiria em uma pluralidade de itens externamente relacionados uns aos outros de múltiplas de maneiras. Em *“The principles of Mathematics”* ele escreveu:

*All complexity is conceptual in the sense that it is due to a whole capable of logical analysis, but is real in the sense that it has no dependence upon the mind but only on the nature of the object. Where the mind can distinguish elements, there must be different elements to distinguish.*⁷

⁷ RUSSELL *apud* HACKER.

Ele aceitou a concepção referencialista⁸ de significado, a saber, que se uma expressão tem um significado, então deve haver alguma coisa que ela significa. Diz: “[B]eing is a general attribute of everything, and to mention anything is to show that it is”⁹. Russell persuadiu-se que o caminho para a verdade em filosofia era a análise, sendo essa essencialmente a decomposição de coisas conceitualmente complexas (das quais o mundo supostamente consiste) em seus constituintes simples e não analisáveis.

Dentro de pouco tempo, no entanto, Russell reformulou sua teoria (como fez ainda outras vezes). Até aquele momento, Russell, como Moore, acreditava que a expressão lingüística de uma sentença era um meio transparente por meio do qual ver a real questão da reflexão filosófica – a saber, as proposições. Eram essas, seguindo seu ponto de vista, as portadoras de verdade e falsidade; e ele as concebia, assim como Moore, como objetos não lingüísticos, independentes da mente, que contêm, não palavras, mas entidades objetivas. Sua teoria das descrições (1905), ao mostrar que a estrutura gramatical de uma expressão pode ocultar a verdadeira forma lógica da proposição expressa, gerou a possibilidade de um racha entre essas estruturas. Assim, seria necessário submeter as sentenças a uma análise lógica a fim de revelar ou tornar explícita a forma lógica oculta. Essa teoria surge da análise de expressões que não possuem uma referência ou denotação, e que, por não se referirem a nenhum objeto existente, não são nem verdadeiras nem falsas. Isso pode ser percebido no exemplo clássico da análise da sentença “O atual rei da França é careca”. Como não existe um rei da França, a sentença não pode ser verdadeira; mas dizer que é falsa implica dizer que o atual rei da França não é careca, o que não resolve o problema. Essa questão teve muitas implicações para sua concepção de análise filosófica, que se tornou um instrumento para descobrir a verdadeira forma lógica das proposições.

Quando Russell começou a evocar a noção de que são fatos, ao invés de proposições, que compõem o mundo, ele distinguiu a forma gramatical de uma sentença da forma lógica do fato correspondente. Assim, argumentou que a primeira tarefa da filosofia é a investigação das formas lógicas dos fatos do

⁸ A tradição referencialista ou designativa focaliza naquilo que os termos designam ou denotam, isto é, na relação biunívoca entre palavra-objeto, nas relações representacionais entre a língua e o mundo – o significado de um termo é o objeto ao qual se refere.

⁹ RUSSELL *apud* HACKER.

mundo. A lógica e seu aparato técnico se tornaram ferramentas de análise, permitindo-nos penetrar nas características desviantes da gramática ordinária para conseguir alcançar a verdadeira estrutura lógica das coisas, comum à linguagem e ao fato. A função da análise da linguagem seria, portanto, determinar os componentes últimos que constituem um fato na realidade.

A análise revela a verdadeira forma da sentença, indicando como suas partes se articulam para formar o todo.

Isso significa que o método de análise é também um procedimento de tradução de uma linguagem menos perfeita (a linguagem comum) – em que a forma gramatical oculta a forma lógica (a estrutura comum à sentença e ao fato) – para a linguagem lógica – que exhibe a forma lógica de modo direto e explícito, dissipando possíveis dúvidas e mal-entendidos.¹⁰

Esse método supõe a existência de uma linguagem logicamente perfeita, que deve espelhar a forma lógica dos fatos e então revelar a estrutura lógica do mundo de maneira clara e correta, evitando equívocos e confusões.

A teoria das descrições forçou Russell a conceder maior importância a investigação da linguagem e simbolismo do que fora dado até esse momento, ao menos porque revelou quão enganadora é a linguagem ordinária, se tomada como sendo um meio transparente através do qual investigar as formas das proposições (ou fatos).

A força motriz da filosofia de Russell é o desejo de estabelecer uma rigorosa fundamentação para o conhecimento. Com esse intuito, defendeu o ‘método científico na filosofia’. A filosofia, assim como a ciência, busca alcançar o conhecimento – uma compreensão teórica do mundo. Ela difere das outras ciências por sua generalidade e formalidade. Seu núcleo, a lógica, consiste de proposições completamente gerais, e fornece critérios para se justificar a determinação da relação verdadeira, correta, entre a linguagem e a realidade. Seu interesse deve ser naquilo que é verdade em qualquer mundo possível, independentemente dos fatos que só podem ser descobertos pela experiência sensível.

Tanto Moore quanto Russell, em seus diferentes estilos de análise, inauguraram a filosofia analítica do século 20. No entanto, ambos os filósofos

¹⁰ MARCONDES, 2004, p. 21.

insistiram em enfatizar que sua análise era de fenômenos, e não da linguagem. Mesmo assim, os fundamentos que deixaram foram rapidamente adaptados a análise lógico-linguístico, assim que a ‘virada lingüística’ se deu na filosofia.

1.1.3. Gottlob Frege (1848 – 1925)

Foi a obra de Frege que conferiu uma posição de destaque à linguagem, ao afirmar que é apenas através da análise da linguagem que podemos analisar o pensamento. A filosofia da linguagem seria, assim, o fundamento de toda outra filosofia. Frege pode ser considerado, nesse aspecto, o precursor da filosofia da linguagem de tradição analítica. É Frege, portanto, que estabelece que o objetivo da filosofia deve ser a análise da estrutura do pensamento; e que o único método apropriado para efetuar essa análise é tornando explícitos os princípios que regulam nosso uso da linguagem.

Frege rompe com a teoria kantiana em seu caráter subjetivista (ainda que transcendental) e em seu apelo à intuição pura na constituição do conhecimento. Assim, distingue o objeto do conhecimento e seu reconhecimento, afirmando que é o conteúdo objetivo da asserção que deve ser o objeto de investigação do lógico. A tarefa filosófica seria a investigação do pensamento como algo objetivo, impessoal e atemporal, e não como algo psicológico e subjetivo, como era característico das correntes idealistas. O princípio da investigação filosófica é a análise conceitual de definições, isto é, a análise do significado, e não de processos mentais, subjetivos. A análise do significado, por sua vez, depende de um modelo de como a linguagem funciona, da caracterização de sua estrutura. É dessa forma que passamos aqui a uma primazia da investigação lógica da linguagem.

É a discussão de Frege do problema do significado que constitui um dos principais pontos de partida para o desenvolvimento da teoria semântica. Frege estabelece uma distinção fundamental entre o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*). A referência é o objeto designado, enquanto que o sentido é o modo de designar o objeto, de determinar a referência, ou seja, o modo pelo qual o objeto se apresenta. Duas expressões podem, portanto, ter a mesma referência e diferentes sentidos.

A *Conceitografia* (1879) de Frege toma como ponto de partida, como afirma Marcondes, a concepção de que as proposições com significado têm um conteúdo conceitual objetivo, e de que esse conteúdo não é adequadamente representado pela linguagem comum, devendo ser possível construir uma notação em que o conteúdo conceitual de qualquer proposição possa ser expresso de forma mais clara e adequada. A tarefa filosófica pode ser vista, então, como a determinação desse conteúdo objetivo a partir da crítica de sua expressão na linguagem comum e de sua tradução para uma linguagem lógica formal e depurada das imperfeições da linguagem comum. Segundo essa concepção, a análise filosófica se dá através de um processo de tradução de uma linguagem para a outra mais perfeita, em que os problemas da anterior são resolvidos.

É a partir dessa concepção que se desenvolve a noção de análise lógica como descrição semântica da sentença capaz de distinguir na linguagem os elementos que refletem a estrutura do pensamento dos que não refletem.

1.1.4. O projeto de formalização da linguagem

Frege e Russell igualmente pensavam que as proposições lógicas são verdades perfeitamente gerais. De acordo com Frege, as ‘leis do pensamento’ que a lógica investiga são generalizações sobre proposições, conteúdos julgáveis ou pensamentos. Uma proposição como “Chove ou não chove” é uma instância particular de uma lei lógica, mas não uma lei lógica em si. As leis da lógica governam tudo o que é pensável, já que “*thought is in essentials the same everywhere; it is not true that there are different kinds of laws of thought to suit the different kinds of objects thought about.*” Assim, “*the task we assign to logic is only that of saying what holds with the utmost generality for all thinking, whatever its subject matter...*”¹¹. Consequentemente a lógica é a ciência das leis mais gerais da verdade. Eles acreditavam que os axiomas primitivos da lógica são auto-evidentes, verdades indemonstráveis. O que é importante não é o fato de que pensamos de acordo com essas leis, mas o fato de que as coisas se comportam de acordo com elas. Em outras palavras, o fato de que quando pensamos de acordo com elas, pensamos *verdadeiramente*.

¹¹ FREGE *apud* HACKER.

Ambos os filósofos consideravam a linguagem natural logicamente defeituosa. A gramática ordinária é um guia falível para as estruturas reais que a lógica e filosofia devem investigar. A linguagem desenvolvida por Frege foi concebida para revelar a verdadeira estrutura do pensamento, que a linguagem natural esconde. Todas as expressões em sua fórmula lógica são amplamente definidas, sendo impossível formar expressões sem referência ou sentenças expressando pensamentos sem valor de verdade. Russell, fiel ao atomismo metafísico e a correspondência entre a proposição verdadeira e o fato, afirma que, em uma linguagem perfeita, haverá uma palavra, e não mais, para cada objeto simples, e tudo que não é simples será expresso por uma combinação de palavras, derivada das palavras que se referem às coisas simples que formam o objeto complexo de que se trata. Uma linguagem desse tipo seria completamente analítica, deixando clara a estrutura lógica dos fatos afirmados ou negados.

É evidente, afirma Hacker, que, apesar dos grandes avanços na formalização alcançada por Frege e Russell, havia muito pouco avanço na compreensão acerca da natureza da lógica e proposições da lógica. Foram essas questões que o jovem Wittgenstein confrontou na segunda década do século XX.

1.2. A ANÁLISE WITTGENSTEINIANA DA LINGUAGEM

A obra de Wittgenstein parece consolidar as intenções do movimento analítico: a rejeição ao idealismo e ao psicologismo, e a escolha do tema da linguagem como central para a reflexão filosófica. No entanto, o trabalho do filósofo reformula muitos pontos da discussão que vinha sendo travada no interior da filosofia analítica.

Enquanto a filosofia da primeira fase da obra de Wittgenstein, representada pelo *Tractatus Logico-philosophicus*, ainda se aproxima bastante das idéias centrais de Russell e Frege, a segunda fase de sua obra, representada pelos escritos posteriores a 1929, sobretudo pelas *Investigações Filosóficas*, apresenta uma nova concepção de método filosófico e de análise da linguagem. Enquanto antes a análise lingüística se dava através de uma perspectiva semântico-transcendental, a partir das *Investigações* essa perspectiva passa a ser pragmática, indicando a importância de se considerar a linguagem como um modo de comportamento social, devendo ser examinada do ponto de vista de suas funções

e efeitos que o contexto sócio-cultural lhe impõe. Como afirma Danilo Marcondes, agora a linguagem não é mais considerada tomando como base a forma lógica da proposição, a partir da qual se determina sua relação com o real, isto é, sua verdade ou falsidade. A noção de linguagem se dissolve em uma multiplicidade de “jogos de linguagem”, que se definem como um todo, consistindo do “conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada”¹². A linguagem passa a ser entendida como ação, como sistemas de atos simbólicos, e não como representação mental ou sistema formal. “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”¹³.

Neste contexto, Wittgenstein produz uma transformação na discussão clássica da filosofia ao negar a existência de uma essência metafísica, apresentando a noção de “formas de vida” como o fundamento da linguagem, do pensamento e do significado. Assim, quando investigamos a linguagem, estamos igualmente investigando a realidade da qual falamos.

Esta mudança na concepção de linguagem reflete-se também na concepção da tarefa da filosofia. Se desde o *Tractatus* Wittgenstein já afirmava que a filosofia não é um corpo doutrinário, mas uma atividade de elucidação, nas *Investigações* essa posição é radicalizada. A afirmação nas *Investigações Filosóficas* de que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”¹⁴, de que a linguagem “está em ordem tal como está”¹⁵, ou que os problemas filosóficos “nascem quando a linguagem entra em férias”¹⁶, procura pôr em evidência que a elucidação dos problemas filosóficos consistiria em “reconduzir as palavras do seu uso metafísico para seu uso cotidiano”¹⁷, negando uma abordagem especulativa de um conceito, que consistiria em abstraí-lo do seu contexto de uso, isto é, isolá-lo das diferentes funções que pode exercer em atos comunicativos. É necessário examinar a linguagem a partir de seu uso, considerando os jogos de linguagem, suas regras, seu contexto. Os problemas filosóficos se originam, em grande parte, de uma consideração errônea,

¹² WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §7.

¹³ *Ibid.*, §23.

¹⁴ *Ibid.*, §43.

¹⁵ *Ibid.*, §98.

¹⁶ *Ibid.*, §38.

¹⁷ *Ibid.*, §116.

equivocada, da linguagem e de seu modo de funcionar. Assim, Wittgenstein defende que a filosofia deve apenas descrever a linguagem em seus contextos de uso, negando a formulação de uma teoria ideal da linguagem. Dessa forma a investigação filosófica se transforma numa *análise gramatical*¹⁸, isto é, em uma análise do conjunto de regras de uso de palavras que explica o significado de um termo nos diferentes jogos de linguagem de que participa. No §89 das *Investigações*, Wittgenstein afirma: “Mas não que devêssemos descobrir com isso novos fatos: é muito mais essencial para nossa investigação não querer aprender com ela nada de *novo*. Queremos *compreender* algo que já esteja diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender *isto*”.

Delineado o contexto teórico em que se insere o pensamento de Wittgenstein, passemos agora a discutir mais detalhadamente algumas noções que assumem relevada importância em sua obra, apontando as transformações que desencadearam na análise da linguagem.

1.2.1. Os Jogos de Linguagem

O projeto de análise do uso das palavras e das frases na linguagem ordinária se consolida com o conceito de “jogos de linguagem”, que são sistemas de comunicação completos em si mesmos, com regras e propósitos que se justificam internamente. Descrevendo-se os diferentes jogos de linguagem em que é usada uma mesma expressão, isto é, descrevendo-se os diferentes atos comunicativos nos contextos sócio-culturais em que são realizados, elucida-se o sentido da expressão. A análise deste conceito permite uma melhor avaliação do novo método de análise lingüística.

¹⁸ “É como se devêssemos desvendar os fenômenos: nossa investigação, no entanto, dirige-se não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às ‘possibilidades’ dos fenômenos. Refletimos sobre o modo das asserções que fazemos sobre os fenômenos. (...) Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem. Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra; isto pode chamar de “análise” de nossas formas de expressão, pois esse processo assemelha-se muitas vezes a uma decomposição”. (Cf. WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §90). O termo “Gramática” é utilizado por Wittgenstein em um sentido próprio, que se refere ao conjunto de regras lingüísticas que constituem nosso esquema conceitual. Esse conceito será abordado mais detalhadamente abaixo.

Ao destacar a importância do sistema de referência, Wittgenstein renuncia à noção de objeto simples, central no *Tractatus Logico-Philosophicus*¹⁹, bem como no atomismo lógico²⁰ em geral. O que corresponde agora ao nome, e é imprescindível para que este tenha significação, é o sistema que é utilizado na linguagem em ligação com ele, e não uma referência supostamente fixada por alguma essência transcendental do objeto.

Wittgenstein rompe com as concepções tradicionais da linguagem ao introduzir as noções de contexto e de ação do falante como relevantes para a determinação do sentido. Essa tese nega a idéia de uma relação essencial entre o signo e o objeto²¹, justamente por aceitar que as expressões têm várias funções²² determinadas pelos contextos de uso, e não apenas a função referencialista. Afirma:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; [...] É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*).²³

Restringir as palavras de uma língua à função designativa significaria identificá-las ao papel dos substantivos nas linguagens naturais. Mas, evidentemente, nem todas as palavras designam objetos e mesmo quando não são designativas podem ser compreendidas, tendo, portanto, sentido²⁴. Afirma ainda que a exigência lógica da simplicidade do objeto exprime a necessidade de que a definição ostensiva²⁵ associe à palavra uma característica essencial do objeto,

¹⁹ O *Tractatus* se apóia na idéia de completude da análise lógica de uma proposição atômica: a decomposição da proposição dá acesso ao que constitui a substância do mundo, os objetos simples. O objeto simples, no *Tractatus*, é uma condição para que a linguagem – entendida como seqüência de proposições analisáveis em proposições simples e independentes – seja possível.

²⁰ O atomismo lógico, postulado por Russell, sustenta que a determinação do sentido se dá através da análise de proposições atômicas independentes entre si.

²¹ Cf. WITTGENSTEIN, 1999 [1953] §23, 38.

²² Ver exemplo das alavancas de uma cabine de locomotiva e da caixa de ferramentas. Cf. *Ibid.*, §10-17.

²³ *Ibid.*, §23.

²⁴ *Ibid.*, §8.

²⁵ A definição ostensiva associa o signo ao objeto através de uma ação não lingüística (por exemplo, o proferimento de uma expressão acompanhado de um gesto que indica o objeto). *Ibid.*, §6.

abstraída de seus aspectos acidentais. Assim, a expressão supostamente denotaria aquilo que constitui o objeto, o que ele é, a sua essência.

A crítica de Wittgenstein não consiste apenas em mostrar que a simplicidade é uma questão de contexto: que em certas circunstâncias um objeto pode ser considerado como simples e em outras como composto de partes mais elementares²⁶, mas em afirmar que a definição ostensiva pode ser sempre interpretada²⁷, o que significa que tal como a definição verbal, a definição ostensiva é ela também parte de um ato comunicativo onde os falantes desempenham papéis determinados e dominam uma linguagem, de tal maneira que atividades diferentes poderiam correlacionar uma mesma palavra com objetos diferentes.

Wittgenstein considera que uma palavra em si mesma é morta, quem lhe dá vida é o uso²⁸. Isto significa que a palavra é um instrumento do ato comunicativo, uma ferramenta²⁹, e que só pode ser definida como palavra (e não apenas como sinal) pelo papel que exerce no ato comunicativo, dentro do contexto geral em que a linguagem é usada, assim como as peças do xadrez³⁰, que não representam coisa alguma, só assumindo significação dentro das regras do jogo.³¹

O conceito de jogo não admite uma definição ‘traço por traço’. Assim, não há qualquer conjunto de condições necessárias e suficientes para que uma atividade seja definida como *jogo*; teoricamente, o conceito pode ser indefinidamente estendido. Ademais, o objetivo do jogo permanece inteiramente interno a ele, não sendo determinado em nada pelo exterior. Chamamos de “jogos” determinadas atividades, não em virtude de um conjunto fixo de propriedades comuns, pois não existe nenhuma definição precisa de jogo, o que, no entanto, não nos impede de compreender ou explicar o que é “jogo”. O que faz

²⁶ Cf. WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §48.

²⁷ Wittgenstein, ao apontar que uma definição ostensiva pode ser enganosa (Ibid, §28), não estava argumentando que ela é uma forma defeituosa de explicação. Estava apenas mostrando que ela não é uma forma privilegiada, mais legítima, de explicação, que conecta sem equívocos a linguagem à realidade. Como todas as definições, ela pode ser mal interpretada e incompreendida.

²⁸ Ibid., §432.

²⁹ “A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos”. Ibid., §569.

³⁰ Dando início à sua crítica do Tractatus, Wittgenstein comparou a linguagem a um cálculo ou a um jogo de xadrez. Posteriormente ele usaria cada vez menos a noção de cálculo lingüístico para atribuir uma importância crescente a de jogo de linguagem. Enquanto o cálculo é uma atividade governada por um sistema completo de regras – cada ato de um cálculo está conforme (ou não) a uma regra – jogos são atividades abertas, onde cada um dos movimentos não é justificado por um sistema de regras exato.

³¹ Ver discussão sobre regras e erro em WINCH, 1970 [1958], p. 46.

diversas atividades serem chamadas de “jogos” é uma rede de semelhanças variadas, comparáveis às que observamos entre os membros de uma família³². Explicar o que é um jogo é antes de tudo dar exemplos, isto é, descrever jogos, depois construir outros por analogia com eles, para mostrar o que deve ser excluído da família dos jogos. “Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos de comparação*, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem”³³. Os exemplos usados para explicar “jogo” são *paradigmáticos*, isto é, “centros de variações”. Mas mesmo que não tenha limites nítidos, o conceito de jogo não deixa de ter unidade. Sua extensão não é rigidamente demarcada. A explicação envolve o uso de paradigmas, sem que se precise especificar o grau de semelhança com eles. Se em certos casos é possível circunscrever o conceito de jogo, a localização dessa fronteira é determinada apenas pelo objetivo momentâneo.

1.2.2. Formas de Vida

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein procura precisar o conceito de jogos de linguagem através do conceito “formas de vida”. Coloca: “o termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”³⁴.

Se a expressão “jogos de linguagem” denomina uma família de atos comunicativos completos, e os atos lingüísticos a unidade básica da comunicação lingüística, é também verdade que, para Wittgenstein, é o modo de agir humano, a prática histórico-social, que especifica e identifica os atos comunicativos³⁵. Torna-se evidente, então, que o conceito de formas de vida remete a análise do falar à análise do agir. Em outras palavras, compreende o dizer através do fazer.

³² Para falar dessas semelhanças entre os diferentes jogos de linguagem, Wittgenstein desenvolve o conceito de “semelhança de família”. As semelhanças se distribuem aleatoriamente, sem um padrão constante, da mesma forma que acontece com os parentes de uma mesma família. Cf. WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §65-69.

³³ Ibid., §130.

³⁴ Ibid., §23.

³⁵ Wittgenstein coloca o problema da elucidação dos atos de fala por um pesquisador que não domina os instrumentos de comunicação: “Imagine que você fosse o pesquisador em um país cuja língua lhe fosse inteiramente desconhecida. Em que circunstâncias você diria que as pessoas ali dão ordens, compreendem-nas, seguem-nas, se insurgem contra elas, e assim por diante? O modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência, por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida”. Ibid., §206.

Assim como as palavras derivam seu significado de seu contexto lingüístico, os jogos de linguagem derivam seu significado das formas de vida. Nossos conceitos e jogos de linguagem são dependentes do mundo, mas eles não são diretamente produtos do mundo, mas de nossas vidas conduzidas no mundo. Os significados das palavras não são determinados pelos objetos aos quais eles se referem, pelas imagens mentais que eles evocam, mas pelos jogos de linguagem em que são usados, e estes, por sua vez, são manifestações de uma forma de vida.

As regras da linguagem, como as de um jogo de xadrez, são *regras autônomas*³⁶. São *arbitrárias*³⁷, no sentido que não levam em conta uma pretensa essência ou forma da realidade, não podendo ser vistas como corretas ou incorretas de um modo filosoficamente relevante, mas alterá-las equivaleria a mudar o jogo. Afirmar que a linguagem é autônoma não é o mesmo que dizer que é facilmente alterável ou uma simples escolha individual. A linguagem está imersa numa forma de vida, estando, portanto, sujeita as mesmas restrições a que se sujeitam as atividades humanas em geral. “*When language-games change, then there is a change in concepts, and with the concepts the meanings of words change.*”³⁸

Nossos jogos de linguagem e regras não repousam na vontade humana ou em escolhas individuais. As regras são conectadas com circunstâncias que justificam seu uso, com práticas e comportamentos de uma comunidade lingüística. Na linguagem que usam, os homens estão de acordo, diz ainda Wittgenstein. Não é um acordo sobre os instrumentos e nem sobre os usos destes instrumentos; se há um acordo sobre a linguagem é porque há um acordo sobre a forma de vida. “Correto e falso é o que os homens *dizem*; e na *linguagem* os

³⁶ As regras da linguagem funcionam sem a necessidade de fundamentarem-se na adequação “nome-objeto”. Tais regras surgem a partir do uso de expressões e não da denominação de objetos. Essa afirmação dirige-se contra o fundacionalismo lingüístico, a visão de que a linguagem deve espelhar a essência do mundo. Essa discussão será aprofundada mais à frente.

³⁷ A arbitrariedade da gramática é um aspecto de sua autonomia. As regras da culinária não podem ser ditas arbitrárias, pois são relacionadas a um objetivo externo à culinária, que é a produção de boa comida. Assim, podemos distinguir regras de culinárias corretas e incorretas por referência a esse fim da culinária. As regras do xadrez (assim como as da gramática), no entanto, não possuem um objetivo externo. Se seguirmos outras regras diferentes das do xadrez, não estaremos jogando mal xadrez, mas jogando outro jogo. Da mesma forma, “se você segue outras regras gramaticais que não tais e tais isso não significa que você diz algo errado; não, você está falando de alguma outra coisa”. WITTGENSTEIN, 2003 [1974], §133. E ainda: “Pode-se chamar as regras da gramática de ‘arbitrárias’, se com isso se quer dizer que a finalidade da gramática é apenas a da linguagem”. Cf. Id., 1999 [1953], §497.

³⁸ Id., 1972 [1969], §65.

homens estão de acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre o modo de vida”³⁹.

A visão unitária da linguagem, própria do *Tractatus*, foi, a partir de então, ultrapassada. Essa pretensa linguagem unitária fragmenta-se em inúmeros sistemas, os “jogos de linguagem”. Mas esses sistemas lingüísticos estão firmados sobre algo mais fundamental – um contexto humano ou uma forma de vida particular, que delimita a aplicação e interpretação de regras. Nós somos constrangidos não por uma forma lógica, mas por nossa “forma de vida”. Essa imagem repudia a idéia de uma única forma necessária de linguagem e introduz a idéia de muitas e variadas unidades de sentido inter-relacionadas, inseridas em um contexto de vida mais amplo. O falar passa a ser visto como uma prática social entre outras, abordável do ponto de vista antropológico.

Fragmentada em jogos múltiplos, a linguagem não perde por isso sua unidade. Não mais aquela conferida pela essência, pela posse comum de um conjunto fixo de propriedades; trata-se agora da unidade de uma família de jogos de linguagem, ligados entre si por “semelhanças de família”, sem que se possa encontrar casos comuns a todos. Portanto, compreender o funcionamento da linguagem é compreendê-la como um conjunto de diferentes ações comunicativas que têm entre si “semelhanças de família”.

1.2.3. Gramática

Falar uma língua é tomar parte em uma atividade guiada por regras. Compreender uma linguagem envolve dominar as técnicas de aplicação de suas regras. A própria noção de linguagem implica a presença de uma forma gramatical, de regras através das quais palavras são conectadas, umas às outras, num sistema. Wittgenstein reconhece, portanto, a importância dessa forma gramatical na determinação do significado.

Hacker⁴⁰, de forma esclarecedora, justapõe a concepção de Wittgenstein de gramática com sua concepção anterior de sintaxe lógica. De acordo com o *Tractatus*⁴¹, linguagens ordinárias podem variar superficialmente, mas ocultam

³⁹ WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §241.

⁴⁰ Cf. HACKER, 1986 [1972], cap.VII.

⁴¹ Não pretendo aqui discutir a fundo a concepção de linguagem do *Tractatus*, e nem cair na questão de até que ponto a segunda fase da obra de Wittgenstein é continuidade ou não da

uma uniformidade latente, que se torna manifesta através da análise lógica. A análise traz à tona as regras essenciais de qualquer linguagem possível. Há somente uma lógica “que abrange tudo e espelha o mundo”⁴², comum a todos os sistemas lingüísticos capazes de afigurar a realidade.

Muitas dessas regras da sintaxe lógica estão escondidas da visão. Elas não são evidentes no uso comum da linguagem, na qual expressões logicamente diferentes parecem enganosamente uniformes. Elas não são usadas nas atividades pedagógicas diárias – usadas para explicar como aderir corretamente às práticas que governam. Não são citadas para justificar o uso de expressões ou para criticar ou corrigir maus usos. As regras latentes de qualquer linguagem possível são sempre seguidas pelos falantes, mesmo se eles não são capazes de dizer o que elas são ou empregá-las como normas de correção para a avaliação do uso de expressões. De qualquer forma, no *Tractatus*, essas regras são absolutamente determinadas, pois são elas que, juntas com a atribuição de significados aos nomes simples, estabelecem o sentido das proposições. Elas não são usadas em atividades pedagógicas, mas funcionam como instrumento de garantia do discurso, impedindo que a ‘denotação’ extrapole seus limites. A distinção entre sentido e não-sentido era concebida como sendo independente do contexto e propósito, estabelecido de uma vez por todas.

A gramática, diferente da sintaxe lógica, não é universal, não consiste de regras que necessariamente sublinham qualquer linguagem possível – diferentes linguagens possuem diferentes gramáticas. A gramática de uma linguagem consiste de regras para o uso correto⁴³ de expressões *daquela* linguagem.

Regras da gramática são abertas à visão, e não ocultas como o são as regras da sintaxe lógica como concebidas no *Tractatus*. Em uma conversa com Waissman em 1931, Wittgenstein clarificou a mudança em seu ponto de vista:

The wrong conception which I want to object to in this connection is the following, that we can hit upon something that we today cannot see, that we can discover something wholly new. That is a mistake. The truth of the matter is that we have already got everything, and we have got it actually present: we need not

primeira, mas apenas contrapor algumas noções dessas obras como forma de esclarecer alguns conceitos.

⁴² WITTGENSTEIN, 2001 [1921], 5.511.

⁴³ “Correto”, aqui, não quer dizer “verdadeiro”. Mas apenas que a expressão foi utilizada de acordo com as regras lingüísticas que a regem naquele momento.

*wait for anything. We make our moves in the realm of the grammar of our ordinary language, and this grammar is already there. Thus we have already got everything and need not wait for the future.*⁴⁴

As ‘regras da gramática’ são explícitas na maneira como uma linguagem é ensinada, em explicações dadas pelos falantes sobre o significado das palavras, na maneira como eles criticam e corrigem maus usos da linguagem, nas justificativas dadas para usar uma palavra de uma maneira ou de outra. “‘*Hidden rules*’ are not rules at all”⁴⁵, já que não podem ser usadas pelos falantes como regras, não podem desempenhar o papel de padrões de correção, guias para conduta, ou justificativas para empregar expressões. Dar o significado de uma palavra é especificar sua gramática.

O sentido de uma proposição é determinado por seu lugar no sistema gramatical, no sentido de que este determina suas relações lógicas com outras proposições [...]. A gramática de uma língua é o sistema global de regras gramaticais, das regras constitutivas que a definem, pela determinação daquilo que faz sentido dizer ao usá-la.⁴⁶

A gramática filosófica não lida com regras especiais. Wittgenstein não buscou ampliar o conceito de gramática, ou mesmo introduzir um conceito diferente, mas sim indicar que existem dois tipos de interesse nas regras de uma linguagem. O interesse do filósofo na gramática é guiado pelo propósito de elucidar problemas filosóficos. Esses problemas derivam da má compreensão e mau uso da linguagem, e são clarificados e resolvidos apontando as formas pelas quais as expressões são mal utilizadas, questões ilegítimas formuladas, regras de linguagem violadas. Mas essas regras não são aquelas que interessam ao gramático; são primeiramente explicações do significado, e não regras sintáticas sobre as quais os gramáticos tendem a focar.

Da mesma maneira, Wittgenstein não estava buscando estender o conceito de regras. Para Wittgenstein algo conta como uma regra da gramática, não se possui uma determinada forma (ex. uma determinada forma de generalidade), mas se é usada de uma determinada maneira (ex. como um guia de conduta, explicando ou justificando ações, como um padrão de correção, etc.). O estatuto

⁴⁴ WITTGENSTEIN *apud* HACKER

⁴⁵ Cf. HACKER, 1986 [1972].

⁴⁶ Cf. GLOCK, 1998 [1996], p. 193.

lógico de uma sentença não se deve à sua forma lingüística, mas sim ao modo como ela é utilizada, podendo, portanto, alterar-se: “*any empirical proposition can be transformed into a postulate – and then becomes a norm of description*”⁴⁷.

Como afirma Hacker⁴⁸, depois de Platão, filósofos passaram a aceitar como explicação correta apenas aquela que captura a *essência* do *explicandum* em uma definição formal, dando as condições necessárias para a aplicação de uma expressão. Mas este seria, de acordo com Wittgenstein, um ideal equivocado, dado que nem todos os nossos conceitos são completamente definidos, preparados para todas as ocasiões possíveis, e eles não deixam de desempenhar sua função por isso. “*We don’t have to apply them in all conceivable eventualities but only in actual ones. If a rule for the use of an expression provides a standard for its correct use in normal circumstances, than it has fulfilled its function*”. Os conceitos são regras de aplicação de palavras de acordo com a gramática, e uma regra só pode ser julgada como adequada ou não dentro de um contexto. Se uma regra exerceu com sucesso seu papel na prática, está em ordem. Se essas condições de normalidade mudam, então as definições formais e explicações do significado de palavras podem se tornar obsoletas. As regras gramaticais surgem da práxis da linguagem.

*It is, of course, true that ostensive definitions, explanations by example, paraphrastic explanations, etc. can be misunderstood. But formal definitions can be misunderstood too. There is no such thing as an explanation of meaning that is immune to misunderstanding, and no such thing as a rule for the use of an expression that cannot be misapplied*⁴⁹

Mas, - questiona Wittgenstein – “um conceito impreciso é realmente um conceito?”, e também “não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com freqüência, precisamos?”. E mais à frente:

Mas é absurdo dizer: ‘pare mais ou menos aqui!’? Imagine que eu esteja com alguém numa praça e diga isso. Dizendo isso, não irei traçar um limite qualquer, mas farei com a mão um movimento indicativo – como se lhe mostrasse um

⁴⁷ WITTGENSTEIN, 1972 [1969] §321. No entanto, Wittgenstein considera essa afirmação muito geral. Como coloca Glock (1998 [1996]) no verbete ‘gramática’ de seu Dicionário, seria dogmático insistir na idéia de que qualquer proposição poderia ter seu papel lógico alterado, considerando-se que a possibilidade de rever nossa forma de representação é limitada.

⁴⁸ Cf. HACKER, 1986 [1972].

⁴⁹ Ibid., p. 184.

determinado *ponto*. (...) A exemplificação não é aqui um meio *indireto* de elucidação, - na falta de outro melhor. Pois toda elucidação geral pode também ser mal compreendida.⁵⁰

Exemplos, da mesma forma que definições ostensivas e explicações por meio de uma paráfrase contextual são explicações de significado perfeitamente legítimas. Todas são corretas e adequadas pois desempenham o papel de padrões de uso correto na prática de usar a linguagem. A gramática abrange todas as regras para o uso de palavras, e todas as explicações de significado, incluindo definições ostensivas.

Wittgenstein distingue a “gramática profunda” da “gramática superficial” das palavras. Como afirma no §664 das *Investigações*: “poder-se-ia distinguir, no uso de uma palavra, uma ‘gramática superficial’ de uma ‘gramática profunda’. Aquilo que se impregna diretamente em nós, pelo uso de uma palavra, é o seu modo de emprego na *construção da frase*; a parte de seu uso – poderíamos dizer – que se pode apreender com o ouvido”. Esta última, isto é, as características imediatamente evidentes das palavras, seus aspectos superficiais, não deve ser objeto do filósofo, mas sim dos lingüistas, uma vez que é essa a gramática responsável pela construção da frase de modo correto.

A gramática de superfície (a estrutura sentencial) do enunciado “Eu estou com dor” é igual à do enunciado “Eu estou com um alfinete” (...). Suas gramáticas profundas, entretanto, são completamente diferentes: as palavras possuem possibilidades combinatórias diversas, e as proposições constituem lances diferentes no jogo de linguagem, possuindo relações e articulações lógicas distintas”.⁵¹

A gramática profunda revela as diferentes espécies de uso das expressões, e é nela que o filósofo deve se concentrar. Ela é um instrumento que nos permite verificar a pluralidade dos usos das palavras e as diversas formações de proposições, permitindo-nos analisar os diversos modos do discurso.

Esta distinção entre gramática profunda e superficial não indica, contudo, um contraste entre *níveis* diferentes de regras gramaticais. A idéia de profundidade sugere, enganosamente, como afirma Glock, que a gramática

⁵⁰ WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §71.

⁵¹ GLOCK, 1998 [1996], p. 197.

profunda é descoberta por meio da análise lógica, como no *Tractatus*, ou por meio da análise lingüística como concebida por Chomsky⁵².

Estamos na ilusão de que o especial, o profundo, o essencial (para nós) de nossa investigação residiria no fato de que ela tenta compreender a essência incomparável da linguagem. Isto é, a ordem que existe entre os conceitos de frase, palavra, conclusão, verdade, experiência etc. Esta ordem é uma *super* ordem entre – por assim dizer – *super*conceitos. Enquanto as palavras “linguagem”, “experiência”, “mundo”, se têm um emprego, devem ter um tão humilde quanto as palavras “mesa”, “lâmpada”, “porta”.⁵³

O contraste não se dá entre a superfície e a “geologia” das expressões, como era o caso no *Tractatus*, que propunha alcançar um ponto de vista lógico correto escavando sob as aparências da linguagem para descobrir sua estrutura latente. O contraste se dá “entre as cercanias locais, que podem ser apreendidas em um lance de olhos, e a geografia geral, isto é, o uso geral de uma expressão.”⁵⁴ Não se trata, portanto, de uma investigação “geológica”, mas sim “topográfica”.

Wittgenstein afirmou ainda que, assim como as violações corriqueiras da gramática, as proposições metafísicas são absurdas, pois não existem regras metalógicas ou conceitos logicamente mais fundamentais do que outros. A gramática é *plana*. Não existem “superconceitos”, pois todos os conceitos têm valores comuns, isto é, adquirem valor na medida em que são usados dentro dos jogos de linguagem. Não existe uma separação entre linguagem e meta-linguagem, enquanto uma super-ordem que garantiria a regulação da linguagem, constituindo sua essência. A gramática não se desvincula do próprio uso lingüístico que regula.

Não se trata de compreender a gramática profunda como um instrumento de normatização do discurso, o que se pretendia com o logicismo Tractatiano. Não se trata de corrigir a linguagem cotidiana através da gramática profunda como se ela fosse o parâmetro de uma linguagem ideal. Nas *Investigações* não existem conceitos privilegiados que possam servir de parâmetros para algum tipo de aferição. Com efeito, as *Investigações* eliminam essa concepção de uma “norma”,

⁵² A teoria lingüística de Noam Chomsky, à maneira do *Tractatus*, prende-se à visão de que possuímos um conhecimento tácito de um sistema universal de regras de formação e derivação, que se oculta sob a superfície da linguagem.

⁵³ Cf. WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §97.

⁵⁴ GLOCK, 1998 [1996], p. 197.

“ordem” ou “essência” de determinada parte da linguagem que sirva de parâmetro para toda linguagem.

Ao refletir sobre nosso uso da linguagem, devemos nos ater ao que é chamado uma explicação do significado de uma expressão e resistir às tentações de um falso ideal de explicação. Não há uma linguagem ideal, desprovida de equívocos. “Se acreditamos que devemos encontrar aquela ordem, a ideal, na linguagem real, ficaremos insatisfeitos com aquilo que na vida cotidiana se chama “frase”, “palavra”, “signo”.⁵⁵ .

Sendo assim, a explicação das regras gramaticais não constitui apenas uma tarefa secundária para a filosofia. “A essência está expressa na gramática”⁵⁶; “que espécie de objeto alguma coisa é, é dito pela gramática”⁵⁷, uma vez que especifica o que pode ser dito com sentido sobre ele. “Não analisamos um fenômeno (por exemplo, o pensar), mas um conceito (por exemplo, o do pensar), e portanto o emprego de uma palavra.”⁵⁸.

As investigações empíricas quanto à natureza física ou matéria X pressupõem a gramática de ‘X’, uma vez que essa última determina o que pode contar como X. A resposta à pergunta socrática “O que é X?” não nos é dada pelo exame de essências (objetos mentais ou abstratos), mas pelo esclarecimento do significado de “X”, que é fornecido pelas regras de uso do termo “X”.⁵⁹

A busca por essências, tarefa que perpassou toda a História da Filosofia, é então substituída pela investigação gramatical, por uma tentativa de entender “como” a linguagem funciona. O que interessa é compreender os diversos “usos” da linguagem.

1.3. LINGUAGEM E MUNDO: A REALIDADE COMO SOMBRA DA GRAMÁTICA

Vimos, portanto, que Wittgenstein mudou radicalmente a maneira de conceber as regras que regem a nossa linguagem. Essa mudança recoloca a

⁵⁵ WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §105.

⁵⁶ Ibid., §371.

⁵⁷ Ibid., §373.

⁵⁸ Ibid., §383.

⁵⁹ GLOCK, 1998 [1996], p. 195.

problemática da relação entre linguagem e mundo, questão que perpassa toda a obra do autor.

No *Tractatus*, Wittgenstein afirma que a estrutura da linguagem espelha a estrutura da realidade, refletindo a relação entre as coisas no mundo. Qualquer linguagem capaz de descrever a realidade deve ser governada pela sintaxe lógica, cujas regras devem corresponder aos traços estruturais da realidade: a forma lógica dos nomes deve espelhar a essência dos objetos aos quais correspondem. Afirma: “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”⁶⁰

Nas *Investigações Filosóficas* a idéia de um isomorfismo entre linguagem e realidade ganha outro sentido. Não sugere mais que a linguagem deve espelhar a forma lógica do universo, mas sim que a aparente ‘estrutura da realidade’ não passa de uma sombra projetada pela gramática.

A linguagem deixa de ter a função exclusiva de representação biunívoca. O que faz sentido em um sistema de linguagem dado, “o que é (logicamente) dito possível e o que não é”⁶¹, depende do que nossa gramática autoriza, e não de um acordo com uma ‘estrutura do mundo’. A gramática constitui nossa forma de representação, estabelece o que pode contar como uma descrição inteligível da realidade, mas não é diretamente controlada por essa realidade. De acordo com essa nova concepção, a gramática é autônoma e autocontida, posto que não precisa “prestar contas” à realidade extralingüística para se legitimar. Essa concepção abre espaço para a possibilidade de existirem diferentes gramáticas.

Ao negar o isomorfismo entre o fato e a proposição com base na adequação entre o objeto e o nome, ou entre a essência do mundo e seu representante na linguagem, Wittgenstein desmonta a concepção denotacionista de linguagem. A crítica ao modelo metafísico de explicação da linguagem se relaciona a uma nova concepção de explicação do significado. É o uso que constitui a significação, e não a denotação de objetos. Assim, existindo uma multiplicidade usos, existe uma multiplicidade de significações. A questão da relação entre linguagem e o mundo, quando formulada com uma pretensão de validade universal, torna-se ociosa com a noção de autonomia da gramática. Isso porque toda mudança operada nas regras de uso de uma expressão será também

⁶⁰ WITTGENSTEIN, 2001 [1921], 5.4711.

⁶¹ WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §520.

uma mudança de significação. A significação, enquanto uso, muda de acordo com o jogo de linguagem.

Assim, é a partir da noção de regras de uso que o problema da harmonia entre linguagem e realidade aparece no segundo Wittgenstein. A questão poderia tornar-se então: ‘Como se dá a relação entre as regras que regem um jogo de linguagem e as atividades com as quais está interligada?’, ou ‘Como uma regra se relaciona com sua aplicação?’, ou ainda, ‘Como se dá o acordo entre uma explicação de uso e esse uso propriamente dito?’. Mas dentro do jogo de linguagem particular, a relação entre uma regra gramatical e o que está de acordo com ela é algo sem mistérios. O problema só surge quando abstraímos as palavras de seu contexto, quando tentamos estabelecer uma relação que se aplique a todas as situações, quando buscamos formular uma *teoria* sobre essa relação. Se investigarmos os casos em que as expressões aparecem inseridas em seu contexto, a relação e aplicação não serão problemáticas, mas dadas pelo próprio contexto.

Uma relação entre duas coisas não se dá porque elas possuem algo em comum, mas porque nós selecionamos um critério para estabelecer essa relação. Uma matéria possui inúmeras propriedades que poderiam ser utilizadas como critério para definir diferentes conceitos. A escolha desses critérios, portanto, não se deve a uma correspondência com a realidade, mesmo que leve em consideração a maior ou menor utilidade, o maior ou menor poder explanatório. A gramática não está sujeita à refutação empírica. “As convenções gramaticais não podem ser justificadas descrevendo-se o que é representado. Qualquer descrição desse tipo já pressupõe as regras gramaticais. (...) Não se pode usar a linguagem para ir além daquilo que é possível comprovar”⁶². Não dispomos de um ponto de vista exterior à gramática, extralingüístico ou pré-conceitual, a partir do qual poderíamos justificar nosso sistema gramatical.

Dessa forma, para o segundo Wittgenstein, não podemos fundamentar filosoficamente a linguagem. Não existe uma essência oculta que possa servir de fundamento ontológico para nossa linguagem. As essências metafísicas são meras ilusões que enfeitam nosso entendimento, são apenas ‘sombras’ da gramática. Cabe, portanto, à filosofia, apenas descrever os usos das palavras, e não postular teorias para fundamentar esses usos.

⁶² WITTGENSTEIN, 2005, [1964], §7.

Wittgenstein afirma: “A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está”⁶³. E depois: “A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. – Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa. Pode-se chamar também de ‘filosofia’ o que é possível *antes* de todas as novas descobertas e invenções”⁶⁴.

Dentro dessa perspectiva, os problemas filosóficos são como mal-entendidos gramaticais. Surgem, principalmente, quando confundimos nossa gramática profunda com a gramática de superfície, formando ‘falsas analogias’. Para ‘dissolver’ esses problemas, devemos adotar um método terapêutico de análise da linguagem para que possamos compreender como ela funciona e reconduzir as palavras para seu uso cotidiano. Wittgenstein assegura:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e procuram apreender a *essência* da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que existe? – Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano.⁶⁵

Alguns filósofos, como salientou Stegmüller - “entre eles também Bertrand Russell – objetaram contra a filosofia da segunda fase de Wittgenstein, afirmando que este, de repente, estaria dividindo completamente a ‘conexão entre linguagem e realidade’; que não estaria mais se preocupando com esclarecer a questão de como a linguagem ‘se refere ao mundo real’”⁶⁶.

No entanto, é somente quando concebemos uma imagem metafísica do “mundo real” separada da linguagem que o problema da relação entre eles aparece. De acordo com Wittgenstein, o que precisamos é dirigir nossa atenção para a maneira como essas expressões são usadas cotidianamente. O que devemos é investigar esses usos, e não propor teorias para responder a um falso problema. Ao verificarmos os usos das palavras ‘real’ ou ‘realidade’ dentro do jogo de

⁶³ Id., 1999 [1953], §124.

⁶⁴ Ibid., §126.

⁶⁵ Ibid., §116.

⁶⁶ STEGMÜLLER *apud* CONDÉ.

linguagem em que estão sendo proferidas, constataremos que a aplicação se dá sem problemas ou ambigüidades.

Assim, ao negar a existência de uma lógica como condição transcendental de possibilidade de representação do mundo pela linguagem, e, conseqüentemente, invalidar a idéia de que a linguagem deve ser um ‘quadro’ da realidade, Wittgenstein torna a questão da simetria entre linguagem e mundo sem sentido. Ao adotar uma perspectiva pragmática essa questão passa a ser um falso problema.

A dissolução do problema não implica na negação de que ao fazermos afirmações estamos realmente fazendo afirmações sobre as coisas no mundo⁶⁷. Mas implica na negação de uma lógica, externa à linguagem e ao mundo, que garanta uma relação biunívoca entre nomes e objetos simples, ou entre predicados e propriedades. Essa lógica só pode ser pensada como derivada do uso da linguagem na prática, do uso comum no interior de uma forma de vida. A lógica não mais representa uma ‘ordem *a priori*’. Ela está expressa na gramática de nossos múltiplos jogos de linguagem.

Condé afirma: “Se há uma relação entre a linguagem e o mundo, ela ocorre no jogo de linguagem, pois ele [o mundo], enquanto um conjunto de ações e usos de palavras, e, portanto, significações no interior de uma forma de vida, não privilegia conceitos (“Não há superconceitos”, I.F.§97). A realidade não é mais um superconceito fundamentado metafisicamente, mas simplesmente algo dado nas formas de vida.”⁶⁸ É nossa forma de vida que constitui o fim da cadeia de razões, o fundamento último.

Assim, como afirma Marcondes, quando investigamos a linguagem estamos ao mesmo tempo investigando a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” desta comunidade. Não há, portanto, uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, já que a “realidade” é constituída pelo modo como usamos a linguagem.

⁶⁷ Essa é a postura defendida por Kripke (1982), em sua leitura cética das Investigações Filosóficas. Para ele a resposta a questões como: “O que conecta a compreensão que alguém tem de uma palavra com sua correta aplicação?”, “O que liga uma regra a seu uso?” ou, de forma mais geral, “O que relaciona a linguagem ao mundo?” seria: “Nada!”. Disso pode-se concluir que não há tais relações a serem explicadas.

⁶⁸ CONDÉ, 1998, p. 121.

Para Peter Winch, nossa idéia do que pertence ao domínio da realidade nos é dada pela linguagem que usamos. Os conceitos que temos estabelecem para nós a forma da experiência que temos do mundo. “O mundo é para nós o que se apresenta através desses conceitos. Isto não quer dizer que os nossos conceitos não possam mudar; mas quando mudam, isto quer dizer que o nosso conceito do mundo também mudou”.⁶⁹

⁶⁹ Cf. WINCH, 1970 [1958], p. 26.